

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1011365-29.2016.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Responsabilidade Civil
Requerente:	Liberty Seguros S/A
Requerido:	Eumar Alves Lelis

LIBERTY SEGUROS S/A pediu a condenação de EUMAR ALVES LELIS ao pagamento da importância de R\$ 24.453,72, correspondente ao valor desembolsado a título de indenização securitária. Alegou, para tanto, que no dia 04 de maio de 2016 a segurada Renata Maria Franceschi Buoro trafegava com seu veículo GM/Cruze, placas FDO-3773, na cidade de Jaú/SP, quando, no cruzamento da Rua Santa Terezinha com a Rua Manoel Pires de Campos, teve sua trajetória interceptada pelo veículo Fiat/Pálio, o qual era dirigido pelo réu.

O réu foi citado e apresentou defesa, negando culpa pelo acidente e impugnando o valor pretendido a título de ressarcimento.

Manifestou-se a autora, insistindo nos termos do pedido.

O processo foi saneado, deferindo-se a produção de prova documental e testemunhal.

Foram ouvidas três testemunhas através de carta precatória.

Encerrada a instrução processual, as partes apresentaram alegações finais, cotejando as provas e ratificando suas teses.

É o relatório.

Fundamento e decido.

1011365-29.2016.8.26.0566 - lauda 1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Renata Maria Franceschi Buoro transitava com seu veículo pela Rua Santa Terezinha, na cidade de Jaú/SP, quando, no cruzamento com a Rua Manoel Pires de Campos, teve a trajetória interceptada pelo veículo conduzido pelo réu, ocasionando a colisão.

A autora indenizou a segurada, pelo dano experimentado, subrogando-se nos direitos decorrentes (art. 786 do Código Civil).

O conjunto probatório revela culpa exclusiva do réu.

Segundo consta no boletim de ocorrência, os policiais militares entraram em contato com os envolvidos assim que chegaram ao local dos fatos, obtendo a informação de que Renata Buoro estava descendo pela Rua Santa Terezinha e que o veículo Fiat/Palio trafegava pela Rua Manuel Pires de Campos, mas seu motorista desrespeitou a sinalização de parada obrigatória e acabou colidindo com o automóvel daquela (fls. 26/28).

Renata foi ouvida em juízo (fl. 134) e confirmou que estava trafegando pela via preferencial, momento em que teve sua trajetória interceptada pelo veículo dirigido pelo réu.

Ademais, as fotografias juntadas à fl. 30 comprovam que o local dos fatos conta com sinalização de parada obrigatória para os veículos que pretendem ingressar ou atravessar a Rua Santa Terezinha, de modo que cabia ao réu adotar as cautelas necessárias para ingressar na via sem interceptar a trajetória dos veículos que ali transitavam. Assim estabelece o art. 44 do código de Transito Brasileiro: *"Ao aproximar-se de qualquer tipo de cruzamento, o condutor do veículo deve demonstrar prudência especial, transitando em velocidade moderada, de forma que possa deter seu veículo com segurança para dar passagem a pedestre e a veículos que tenham o direito de preferência."*

Nesse sentido, tendo ou não desrespeitado a sinalização de parada obrigatória existente no local, não há dúvidas de que o réu interceptou a trajetória do veículo da segurada, causando, então, o acidente.

Confirmam-se precedentes do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"Indenizatória - Acidente de Trânsito - Culpa do réu caracterizada - Imprudência - Colisão - Via preferencial - Motorista que transitava por via secundária e não respeitou sinalização interceptando a trajetória da motocicleta conduzida pelo autor - Reconhecimento da responsabilidade solidária dos réus mantida - Alienação do veículo envolvido no acidente após a data dos fatos - Ausência de prova acerca da tradição anterior apta a afastar a responsabilidade da ré, nos termos da Súmula 132 do STJ -

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Indenizações mantidas - Apelo desprovido." (Apelação nº 1010503-45.2015.8.26.0032, 29ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Fortes Barbosa, j. 22/02/2017).

"ACIDENTE DE VEÍCULO - INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - COLISÃO - INGRESSO NA VIA PREFERENCIAL PELO VEÍCULO DO RÉU - INTERCEPTAÇÃO DA TRAJETÓRIA DA MOTOCICLETA DO AUTOR - CULPA DO RÉU BEM EVIDENCIADA - DANOS MATERIAIS COMPROVADOS - DIFERENÇA DE GANHOS MENSIS A SER APURADA EM LIQUIDAÇÃO - DANOS MORAIS - CARACTERIZAÇÃO - PARÂMETROS PARA FIXAÇÃO DESTES - PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE - PROCEDÊNCIA DA AÇÃO - RECURSO NÃO PROVIDO. I. Age com imprudência o condutor que, diante do sinal "PARE", avança sobre o cruzamento sem previamente se certificar das condições de segurança dessa manobra, vindo a interceptar motocicleta que trafegava pela via preferencial; II. Devidamente comprovado o dano material, correspondente à diferença entre os ganhos mensais do autor à época e aquele posterior, correspondente ao auxílio previdenciário, de rigor a condenação do réu ao pagamento de tal diferença; III. A eleição da quantia a título de indenização por danos morais comprovadamente suportados pelo autor, vítima de acidente automobilístico, deve ser feita adequadamente, atentando aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade." (Apelação nº 0027296- 90.2009.8.26.0451, 31ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Paulo Ayrosa, j. 09/12/2014).

Comprovada a culpa exclusiva do réu pelo acidente ocorrido, cumpre reparar o dano causado (art. 927 do Código Civil).

A autora juntou aos autos as fotografias que demonstram os danos causados no veículo (fls. 20/22), o comprovante de pagamento da indenização em favor da segurada (fl. 23) e o documento fiscal referente à alienação do salvado (fl. 25). Por outro lado, o réu não trouxe nenhum elemento probatório suficiente para embasar sua impugnação acerca da efetiva perda total do veículo.

Aliás, por se tratar de ação regressiva, não tem maior relevância a discussão sobre a efetiva ocorrência de perda total do veículo, haja vista que a seguradora deve ser ressarcida do valor da indenização desembolsado em favor da segurada, deduzindo-se o montante alusivo ao salvado. Nesse sentido:

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

"ACIDENTE DE VEÍCULO- AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS (...) - PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PELA DEMANDANTE COMPROVADA - IRRELEVÂNCIA DA DISCUSSÃO SOBRE A EFETIVA OCORRÊNCIA DE PERDA TOTAL- AUSÊNCIA DE PROVA DA ALEGADA EXCESSIVIDADE DO MONTANTE PRETENDIDO- PROCEDÊNCIA MANTIDA (...) Devidamente comprovado pela seguradora o pagamento da indenização pela ocorrência do sinistro, e, por consequência, a sub-rogação no direito do contratante do seguro, de rigor é a procedência do pedido, mesmo porque os réus não conseguiram provar a alegada excessividade do valor pretendido. Por se tratar de ação regressiva, e demonstrado o dispêndio da quantia pela seguradora, não tem maior relevância a discussão sobre a efetiva ocorrência de perda total do veículo sinistrado (...)." (TJSP, Apelação nº 0035164-65.2006.8.26.0309; 35ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. José Malerbi, j. 28/01/2013).

"ACIDENTE DE TRÂNSITO - Pretensão regressiva deduzida pela seguradora em face do responsável pela reparação do dano julgada procedente - Desrespeito à preferência de passagem do veículo segurado, que trafegava pela via preferencial - Culpa exclusiva do condutor que seguia pela via secundária - Dever de reparação reconhecido com acerto - Alegação de excesso de velocidade do veículo segurado que não encontra suporte na prova produzida - Reembolso da indenização desembolsada pela seguradora que se mostra de rigor - Perda total do veículo segurado demonstrada de modo satisfatório - Apelação conhecida e não provida." (TJSP, Apelação nº 0001970-30.2012.8.26.0482, 33ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Sá Duarte, j. 27/07/2015).

Consoante o entendimento jurisprudencial do STJ, na ação de reparação de danos ajuizada por seguradora contra o causador do sinistro os juros de mora devem fluir a partir da data do efetivo desembolso, e não da citação (AgRg no REsp 1.249.909/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, julgado em 19/2/2013, DJe 22/2/2013).

Seria a data do evento danoso, consoante prescreve a Súmula 54 do STJ. Sucede que o prejuízo, para a Companhia Seguradora, se compatibiliza com a data do desembolso da verba indenizatória em favor do segurado.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Confirmam-se precedentes do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“Embargos de Declaração Alegação de erro material do v. acórdão. Ocorrência. Embargos acolhidos, com excepcional efeito infringente, única e exclusivamente para alterar a redação do dispositivo da decisão, no que tange ao termo inicial da incidência dos juros de mora. Indenização deverá ser corrigida a partir da data do efetivo desembolso pela autora e acrescida de juros de mora, também contados a partir do desembolso Precedentes do C. STJ Recurso provido” “ (Embargos de Declaração nº 0021272-71.2012.8.26.0344/50000, 29ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Themístocles Neto Barbosa Ferreira, j. em 24/08/2016).

“Acidente automobilístico. Ação regressiva de indenização securitária. Culpa da condutora ré evidenciada. Procedência da ação autorizada. Correção monetária e juros de mora devidos, contudo, apenas a partir do desembolso. Recurso parcialmente provido” “ (Apelação nº 1002022-32.2015.8.26.0408, 36ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Arantes Theodoro, j. em 29/09/2016).

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno o réu a pagar para a autora a importância de R\$ 24.453,72, com correção monetária e juros moratórios desde a data do desembolso, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona da autora, fixados em 15% do valor da condenação.

A execução das verbas processuais, porém, fica suspensa, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 20 de julho de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA